

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3

Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P974	<p>A psicologia em suas diversas áreas de atuação 3 [recurso eletrônico] / Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-118-3 DOI 10.22533/at.ed.183201706</p> <p>1. Psicologia. 2. Psicólogos. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 150</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Vivenciamos atualmente um período de fragilidade e deterioração biopsicossocial frente a um cenário de crise e pandemia, bem como o desgaste nos aspectos econômicos e políticos, que também alavancam outras características e segmentos da sociedade. As ciências, nesse aspecto, trabalham constantemente, através de suas diferentes áreas, para suprir demandas sociais em diferentes contextos, possibilitando, assim, intervenções adversas.

A busca incessante pela compreensão e identificação dos fenômenos que estão em processo de transformação e composição da realidade, coloca--nos em um paradigma filosófico e existencial sobre a verdade. Esta verdade, já questionada no passado pelos filósofos antigos, possibilita a construção do conhecimento e estrutura modelos de investigação posteriores, através de mecanismos de aprendizagem e ensino.

A psicologia, nesse contexto, ganha destaque por trabalhar uma diversidade de cenários em situações de fragilidade referentes ao desenvolvimento humano e a saúde mental, por intermédio de suas diferentes técnicas e instrumentos de atuação. Nessa perspectiva, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” aborda questões inerentes a infância, escola, terceira idade, contexto social, avaliação, transtornos, diagnóstico, intervenção, questionamentos ideológicos, saúde, literatura, inovação tecnológica e novas técnicas psicoterápicas.

A infância, neste aspecto, ganhou destaque por ser um período que estrutura a personalidade do sujeito através do desenvolvimento psicogenético, que vai do nascimento até a adolescência, período no qual o indivíduo está submetido à inserção na sociedade. É na infância que ocorrem o incremento das experiências, transmissão social e equilibração através do uso de códigos no universo das imagens e palavras guiadas pelos caminhos que preexistem no universo parental.

Por conseguinte, a escola ganha destaque por promover a universalização e bens culturais, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento humano de todos na sociedade através da educação e conhecimento.

Em associação com os dados anteriores está o desenvolvimento da adolescência e vida adulta, e, posteriormente, a terceira idade, que é um dado apresentado nesta obra. A terceira idade é a própria idade adulta avançada, período marcado pelas transformações biopsicossociais, complicações e influências que se dão de modo complexo. Torna-se necessário, então, desenvolver recursos para o bem estar e qualidade de vida, a fim de reduzir receios e inquietações, na busca por uma vida saudável.

Neste cenário, é importante um trabalho conjunto na construção de políticas públicas direcionadas a pluralidade cultural envolvendo atores sociais e culturais

com identificação étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de deficiências, dentre outros, para a centralidade de valores éticos na formação do sujeito.

Seguindo os eixos temáticos expostos na ordem cronológica da obra, temos os modelos de avaliação, diagnóstico e intervenção em psicopatologias e transtornos mentais. Destaca-se que, segundo a Organização Mundial de Saúde, há um aumento das doenças mentais no século XXI decorrente das novas demandas sociais e a realidade vivenciada hoje frente ao cenário atual, já mencionado anteriormente. A importância desse seguimento se dá pela saúde mental, pela qualidade de vida do sujeito em sua diversidade e ao seu contexto.

Destaca-se, também, a importância dos debates e dos questionamentos ideológicos como elemento fundamentador da democracia, como tratado nesta obra. Tais artefatos possibilitam a ressignificação de ideias na construção de um novo cenário de conhecimento e aprendizagem. Vale ressaltar que estes debates podem estar atrelados há um referencial teórico significativo, como, por exemplo, uma análise literária, também explorada no final da obra, esta que, além disso, propõe, ao seu final, novas técnicas e alternativas psicoterápicas, bem como inovação tecnológica em benefício da saúde e bem estar.

Vale ressaltar que, através do discurso anterior, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3”, aborda os seguintes seguimentos: desenvolvimento humano, psicologia escolar, psicologia da saúde, psicologia social, psicologia clínica, psicopatologias, literatura, tecnologia e inovação.

Os tipos de estudos explorados nesta obra foram: estudo transversal, pesquisa descritiva, revisão sistemática de literatura, revisão de pares, revisão literária, entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de questionários, reflexão histórico-cultural, análise documental, materialismo histórico-dialético, revisão integrativa da literatura, estudo de caso, diagnóstico institucional e dialético-simbólico.

Com isso, a obra “A Psicologia em suas Diversas Áreas de Atuação 3” explora a diversidade e construção teórica na psicologia, através de estudos realizados em diferentes instituições de ensino no contexto nacional e internacional. Nesse âmbito, é relevante a divulgação e construção do conhecimento através da produção científica. Para tanto, a Atena Editora possui uma plataforma consolidada e confiável, sendo referência nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APOIO SOCIAL EM GESTANTES DE ALTO RISCO	
Jamile Carneiro da Silva	
Fernanda Pasquoto de Souza	
Aline Groff Vivian	
DOI 10.22533/at.ed.1832017061	
CAPÍTULO 2	17
A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO PROCESSO ADOTIVO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Marjane Bernardy Souza	
Amanda Silveira Bach	
DOI 10.22533/at.ed.1832017062	
CAPÍTULO 3	32
THE ROLE OF FATHERS IN SUCCESSFUL CHILD DEVELOPMENT: A SUMMARY OF THE EMPIRICAL LITERATURE AND RESOURCES FOR MENTAL HEALTH AND SOCIAL PROFESSIONALS	
Cátia Magalhães	
Karol Kumpfer	
Margarida Gaspar de Matos	
Bruno Carraça	
DOI 10.22533/at.ed.1832017063	
CAPÍTULO 4	49
DOS PAPÉIS DO PSICÓLOGO JURÍDICO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTOJUVENIL	
Macia Cristini de Almeida Bezerra	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.1832017064	
CAPÍTULO 5	64
MARCOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NUMA VISÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA: CONHECENDO O TÍPICO PARA IDENTIFICAR O ATÍPICO	
Mariana Abreu da Silva Velho	
Fabrício Bruno Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.1832017065	
CAPÍTULO 6	75
O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE AS REGRAS?	
Camila Lima Silva	
Priscila Bonato Galhardo	
Thais Sindice Fazenda Coelho	
Gabriel Rossi Calsoni	
Paulo Yoo Chul Choi	
Luciana Maria Caetano	
Betânia Alves Veiga Dell' Agli	
DOI 10.22533/at.ed.1832017066	
CAPÍTULO 7	86
TÉCNICAS DE AUTOMONITORAMENTO EMOCIONAL EM TERAPIA COGNITIVA COM CRIANÇAS	

CAPÍTULO 8	91
TRANSTORNO DE ANSIEDADE DE SEPARAÇÃO: INTERVENÇÕES EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COM CRIANÇAS	
Antonia Kaliny Oliveira de Araújo Perpetua Thais de Lima Feitosa Quental Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1832017068	
CAPÍTULO 9	104
ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE O DESFRALDE E O USO DO <i>EU</i>	
Anna Victória Pandjarjian Mekhitarian Moraes Rogerio Lerner Lia Queiroz do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.1832017069	
CAPÍTULO 10	125
LUDICIDADE E ESCOLARIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Vera Lucia Almeida Damiani Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.18320170610	
CAPÍTULO 11	132
ENVELHECIMENTO(S), QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	
José Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.18320170611	
CAPÍTULO 12	145
OS CUIDADOS COM O CUIDADOR DE IDOSOS	
Giselda Viera Eggres Juliana Marques Fagundes Tres Katia Simone da Silva Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170612	
CAPÍTULO 13	153
APONTAMENTOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM COMPARATIVO ENTRE MULHERES NEGRAS, BRANCAS E PARDAS	
Bárbara Fernanda Marinho de Freitas Letícia Fiuza Canal Bruna Mendes Ballen Sandro Caramaschi	
DOI 10.22533/at.ed.18320170613	
CAPÍTULO 14	164
ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS DE SUZANE VON RICHTHOFEN CARACTERÍSTICOS DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL	
Marcio Jorge Manoel Pinto Rafael Alves Cioca Rafael João Valentim Batista dos Santos	

CAPÍTULO 15	170
VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS NARRATIVAS E MEMÓRIAS COLETIVAS DOS CRIMES DE MAIO DE 2006	
Ana Paula Stein de Oliveira Naiara Roberta Vicente de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.18320170615	
CAPÍTULO 16	183
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E MANIFESTAÇÕES PSICOSSOMÁTICA DO <i>ESTRESSE</i> EM TRABALHADORES DA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA	
Gabrielly Gomes dos Santos Karine Rebelatto Muniz Hygor Lobo Neto Camargo Lopes Iracema Gonzaga Moura de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.18320170616	
CAPÍTULO 17	197
O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AOS DISTÚRBIOS E TRANSTORNOS CAUSADOS PELA ANSIEDADE	
Vanieli Aparecida Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.18320170617	
CAPÍTULO 18	209
DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	
Tallys Newton Fernandes de Matos Ottorino Bonvini José Manuel Peixoto Caldas Ana Maria Fontenelle Catrib	
DOI 10.22533/at.ed.18320170618	
CAPÍTULO 19	222
AS DIFERENTES FACES DA ANSIEDADE: COMPREENSÕES A PARTIR DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL	
Amanda Cybelle da Silva Amaral Amanda Moreira Bezerra Érica Alessandra Barbosa Silva Fagner da Silva Medeiros Giselle Bezerra dos Santos Araújo Luana Kelle Ferreira Pereira Giliane Cordeiro Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.18320170619	
CAPÍTULO 20	232
DEMANDAS POR MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS DISCUSSÕES AGRESSIVAS NO <i>FACEBOOK</i> DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA	
Carmen dos Santos Godoy Ura Bruna Elisa Baroni Sandro Caramaschi JoseTadeu Acuna Marianne Ramos Feijó	

CAPÍTULO 21	245
RESTRIÇÃO DE FRUTOSE NA DIETA E A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO RESISTIDO COMO ESTRATÉGIA PROMOTORA DA SAÚDE EM INDIVÍDUOS COM ESTEATOSE HEPÁTICA NÃO ALCOÓLICA	
Carolina Cristina de Freitas Raquel Alves dos Santos Marina Garcia Manochio-Pina	
DOI 10.22533/at.ed.18320170621	
CAPÍTULO 22	257
UMA ANÁLISE DA OBRA NIETZSCHIANA A PARTIR DA LÓGICA SIMBÓLICA DE MÁSRIO FERREIRA DOS SANTOS	
Tiago Teixeira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.18320170622	
CAPÍTULO 23	273
O USO DO SMARTPHONE ENQUANTO TECNOLOGIA MÓVEL NA APRENDIZAGEM À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Joaquim Ferreira da Cunha Neto	
DOI 10.22533/at.ed.18320170623	
CAPÍTULO 24	286
A TÉCNICA DE MINDFULLNES ALIADA A TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE RECAÍDAS EM PACIENTES COM IDEAÇÃO SUICIDA	
Felippe Henrique Nascimento Valdir de Aquino Lemos Fábio Guedes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18320170624	
CAPÍTULO 25	311
A CROMOTERAPIA NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE	
Lais Amarante Carneiro Leão Mirian Jacoby Sabatke Carolina Dea Bruzamolín Carlos Roberto Botelho Filho João Armando Brancher Maurício Yanes Alves da Silva Marilisa Carneiro Leão Gabardo	
DOI 10.22533/at.ed.18320170625	
SOBRE O ORGANIZADOR	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

DOS PAPÉIS DO PSICÓLOGO JURÍDICO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTOJUVENIL

Data de aceite: 05/06/2020

Macia Cristini de Almeida Bezerra

Psicóloga Especialista em Psicodrama (FIP)

João Pessoa-PB

Membro da Comissão de Psicologia Jurídica do
CRP-13

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

Mestre em Psicologia Clínica (Unicap)

João Pessoa-PB

RESUMO: O abuso sexual é uma das modalidades de violência cometidas contra a criança e adolescentes que tem apresentado uma prevalência cada vez maior, constituindo-se em uma grande vulnerabilidade social. Os abusos sexuais contra crianças e adolescentes acontecem em suas próprias casas, sendo os principais abusadores os pais ou o padrasto em uma dinâmica de pacto incestuoso. Nos últimos anos temos assistido no campo do Direito uma valorização do testemunho de crianças como prova material nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Enquadre que reatualiza o campo tenso do psicólogo no meio jurídico quando espera que se identifique se de fato ocorreu ou não o abuso de crianças e adolescentes,

de forma a materializar e responsabilizar criminalmente seus autores. Apresenta os papéis e relevância do psicólogo jurídico, e seus diversos instrumentos e recursos técnicos de avaliação psicológica como a entrevista, os testes psicológicos, a observação, e outros procedimentos técnicos qualificados que serviriam de subsídios às decisões judiciais. Seja no papel de perito, psicólogo do setor psicossocial ou como entrevistador forense, o psicólogo é convocado a compreender a dinâmica silenciosa do incesto e seus efeitos sobre a vida emocional, social e familiar da criança ou adolescente para além do levantamento das provas judiciais.

PALAVRAS - CHAVE: Abuso sexual; psicólogo jurídico; avaliação psicológica; infância; adolescência.

ABSTRACT: Sexual abuse is one of the modalities of violence committed against child and adolescent that has presented growing prevalence, established in a substantial social vulnerability. And this happens at their own house, as the main abusers are either the father or the stepfather in a incestuous dynamic. In the last years, there has been in the legal field an increasing appreciation of the child's testimony as a proof material in sexual abuse cases

between family. A chart which revives the uptight area for the psychologist in legal issues when its expected to be identified if, in fact, there has been an child or adolescent abuse, in order to criminally materialize and responsabilize the abuser. In that field the necessity and relevance of the psychologist is discussed, it's several tools and technical resources of psychological evaluation such as the interview, the psychological test, the observation and other qualified technical methods that serves as a legal decision aid. Be that through the role of an expert, a psychosocial psychologist or a forensic interviewer, the psychologist is requested to comprehend the silent dynamic of incest and it's effects upon the child's or adolescent's family, emotional and social life from beyond the judicial evidence collected.

KEYWORDS: Sexual abuse; legal psychologist; psychological assessment; childhood; adolescence.

1 | INTRODUÇÃO

O abuso sexual é uma das modalidades de violência cometidos contra as crianças que tem apresentado uma prevalência cada vez maior, constituindo-se uma grande vulnerabilidade social em nosso país. Diante desta realidade, a sociedade muito mais que antes tem despertado interesse em viabilizar iniciativas para minimização ou desconstrução destas práticas.

Pesquisas acadêmicas e dados oficiais mostram que, em sua maior parte, os abusos sexuais contra crianças e adolescentes acontecem em suas próprias casas, sendo os principais abusadores os pais ou o padrasto (ARPINI et al., 2012; BAÍA et al., 2013; SIQUEIRA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2011; BRASIL, 2017). A situação do abuso sexual envolve uma teia em que a vítima e sua família, por vezes silenciam, em uma trama de ditos e não ditos, e nela acontece a negação em que se perpetuam os abusos por longos anos, e normalmente sem uso da força física, mas com marcas psíquicas imensuráveis. (AZAMBUJA, 2011; FURNISS, 1993; SERAFIM, et al., 2011).

Embora a prática da violência sexual em contexto de família seja tão antiga quanto a história das civilizações, no entanto, ouvir sobre a temática ainda é algo que gera incômodo e repulsa. Assim, como os diversos profissionais que lidam com crianças e adolescentes dos quais lhes são exigidos tanto capacidade pessoal quanto formação específica sobre como atuar nestes casos. Desse modo, no contexto jurídico, ou em qualquer outro, é fundamental ao psicólogo a compreensão e o conhecimento disponível da dinâmica que envolve esta violência, além de um reconhecimento de seu papel quando se dispõe a realizar intervenções e avaliações psicológicas que permita conhecer a situação vivida pela criança, adolescente e sua família com vista as medidas de proteção encontradas no ECA - Estatuto da

Criança e Adolescente.

Nos últimos anos temos assistido no campo do Direito uma valorização do testemunho de crianças como prova material nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Enquadre que reatualiza o campo tenso do psicólogo no meio jurídico quando espera que se identifique se de fato ocorreu ou não o abuso de crianças e adolescentes, de forma a materializar e responsabilizar criminalmente seus autores. Nele se discute a necessidade e relevância do profissional psicólogo, sua formação, seus diversos instrumentos e recursos técnicos de avaliação psicológica como a entrevista, os testes psicológicos, a observação, e outros procedimentos técnicos qualificados que serviriam de subsídios as decisões judiciais.

Assim, para subsidiar essas decisões o psicólogo tem sido chamado ao papel de perito, psicólogo do setor psicossocial e ainda entrevistador forense, em muitos Tribunais de nosso país. Sobre o lugar de entrevistador o Conselho Federal de Psicologia pautados na Resolução nº 10/2010/CFP, que instituiu a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, determina que é vedado ao psicólogo o papel de “inquiridor” no atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência, pois estariam apenas se colocando como mediador do juiz.

E sobre estes aspectos levantados relevante se faz repensar sobre as práticas do psicólogo jurídico ao reconhecer as dificuldades que existe na identificação desta violência e retomar o debate sobre o papel deste profissional, valorizando seu conhecimento científico, seus instrumentos de trabalho a serviço da proteção da criança e do adolescente conforme preceitua os dispositivos do Estatuto da Criança e Adolescente- ECA.

21 O PAPEL DO PSICÓLOGO JURÍDICO

Os procedimentos técnicos utilizados pela Psicologia para o Direito devem seguir os preceitos disciplinados em resoluções e documentos editados pelo Conselho Federal de Psicologia, e constituem procedimentos gerais na prática psicológica, dos quais podem ser utilizados, também, para fins judiciais. Destas práticas a avaliação psicológica dispõe de um conjunto de estratégias que permitem ao Psicólogo Jurídico operacionalizar esta demanda específica e auxiliar no processo de tomada de decisão.

A avaliação psicológica no âmbito jurídico pode ser conceituada conforme dispõe a resolução n. 007/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos por Psicólogos, e é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com

a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos técnicos (entrevistas, testes psicológicos, observações, exame psíquico, estudos de campo, etc (CFP, 2003).

Neste sentido, a avaliação do abuso sexual infantojuvenil deve fornecer informações cientificamente fundamentadas de modo a orientar a tomada de decisão em processos judiciais, tanto os de natureza cível quanto criminal, e que será apresentada sob a forma de relatório ou laudo pericial. Segundo a perspectiva que considera a avaliação no âmbito jurídico como perícia psicológica, e como elemento de prova de extrema importância para convencer da certeza ou falsidade do ato ou fato jurídico (DAL PIZZOL, 2009 apud DELL'AGLIO; PELISOLI, 2014; GAVA; DELL'AGLIO, 2013), citada e nomeada pelos operadores de direito e a legislação brasileira (CPC-Lei nº 8.455/92- alterada pela Lei nº 8.455/92; GOMES, 2013). E outros que nomeia esta avaliação como estudo psicossocial conforme estudos¹ (DELL'AGLIO; PELISOLI, 2014).

Seja então como estudo psicossocial ou pericial o objetivo principal deve ser de assessorar os magistrados, fornecendo-lhes um relatório com informações que poderão lhe propiciar um entendimento mais amplo da situação na qual as vítimas, não agressores e agressores do abuso sexual estão envolvidas. É desse modo que o Psicólogo tem colocado seus conhecimentos à disposição do magistrado, contribuindo com informações relevantes da realidade social e psicológica.

A importância da perícia psicológica foi investigada em estudo de Gava e Dell'Aglio (2013), que consideraram como na ausência de evidências físicas como sendo ela,

Capaz de identificar, nas vítimas, sinais e sintomas indicativos de sofrimento psíquico associado à experiência vivenciada[...] e porque auxilia a qualificar ou legitimar a fala da criança[...] além do (grifo nosso) efeito terapêutico da perícia em alguns casos (GAVA; DELL'AGLIO, 2013, p.612)

É desse modo que para estimar o impacto, a medida dos riscos e o funcionamento psíquico das vítimas abusadas, na perícia, o psicodiagnóstico se revela como efetivo (GAVA, 2012). Avaliando-as em seu funcionamento cognitivo, afetivo, social, familiar, escolar e comportamental.

Estes mesmos autores, destacam alguns fatores que devem ser ponderados ao refletir sobre a avaliação destes casos. Um destes é a importância de uma avaliação cuidadosa, uma vez que a presença de um sintoma na construção da evidência de abuso sexual é falha no contexto pericial. Pois, não haveria um único quadro sintomatológico que caracteriza tal abuso, e uma vez presente pode não ser específico do abuso, podendo configurar e estar presentes em outras situações abusivas, ou ser reflexo de uma dinâmica de disputa de guarda, como sintoma

¹ Estudos de Costa, Legnani et al., 2009; Ribeiro, Costa, Penso, Almeida e Nogueira, 2010; Costa, Legnani e Zuim., 2009 trazidos em levantamento bibliográfico de Dell'AglioPelisoli, 2014.

das pressões exercidas por parte de um dos genitores, dos quais podem ser interpretados como decorrentes do episódio do abuso sexual.

É neste sentido que o uso de variados métodos e diversas fontes de informação, são importantes com vista a reunir maiores dados e dar consistência a avaliação, e devem contemplar tantos instrumentos psicológicos como observações, desenhos livres, recursos lúdicos, por vezes considerados como “recursos corriqueiros no dia a dia do psicólogo clínico que trabalha com crianças, e são utilizados de forma diversa quando no papel de perito, pois seu objetivo[...] é a avaliação forense”(TABORDA, 2012,p.263).

Habigzang e Koller(2011) e Welter e Feix(2010) chama atenção para levantar o maior número possível de elementos na avaliação: com coleta do relato das situações vividas, análise das repercussões fisiológicas e psicológicas, entrevistas com os responsáveis, com os familiares, escola, os amigos, a comunidade, os órgãos de proteção e os profissionais envolvidos no atendimento das vítimas de abuso sexual. Por serem relevantes para o conhecimento da rede de apoio social e afetiva, significativas a criança. Estes autores ainda observam que o Psicólogo ao realizar esta investigação deve deixar a criança a vontade não expondo à situação perturbadora.

No caso, para muitas crianças que não podem ser avaliadas por outros instrumentos técnicos, ou por serem muito pequenas (dois a três anos), ou ainda se recusarem por algum motivo, ou ainda estarem muito comprometidas emocionalmente, o ludodiagnóstico tem evidenciado como essencial. E consiste, em um procedimento de investigação clínica, utilizando pelo psicólogo, perito ou assistente técnico nas avaliações de crianças através da utilização de brinquedo estruturados(carrinhos, bonecas, animais, etc) e não estruturados(massinhas, guache, etc), visando a expressão autônoma dos conflitos familiares, angústias e dificuldades através da linguagem dos brinquedos, com vista a facilitar a comunicação entre psicólogo e a criança (R. M. L AFFONSO, III *Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica*, 1999, apud SILVA, 2012).

Ainda, utilizando instrumentos compreensivos para a avaliação do abuso sexual de adolescentes, o método de Rorschach, foi descrito por Scortegagna e Villemor-Amaral(2012) como importante instrumento de avaliação psicológica, apresentado em diversos estudos desenvolvidos no Brasil, Cuba, Argentina, Chile, Estados Unidos e Canadá. Os achados destes estudos conferem ao instrumento propriedades necessárias para responder de forma segura na investigação das consequências do abuso. Entretanto adverte o autor que o Rorschach requer dos especialistas uma extensa experiência na decodificação dos protocolos para uma avaliação segura, requeridos pelos altos padrões da avaliação forense, dos quais exigem tanto um trabalho extensivo quanto uma prática supervisionada a fim de

tornar-se eficiente na administração e na aferição dos escores básicos. Contudo, acrescenta que é uma ferramenta valiosa, se bem administrada, uma vez que os “testandos raramente se dão conta do tipo de interpretação psicológica que suas respostas poderão ter” (SCORTEGAGNA; VILLEMOR-AMARAL, 2012,p.274).

O uso de entrevistas psicológicas tem sido, também, evidenciado como alternativa eficaz no contexto de avaliação (LEAL,2008;CALÇADA e col. 2001 apud SILVA, 2012). Embora situem como um lugar de variadas dificuldades e desafios, do qual requer conhecimento prévio de técnicas de entrevista, aliada a uma compreensão teórica do tema acerca da violência sexual, além do estabelecimento primordial de confiança e respeito para execução deste trabalho (HABIGZANG, et al., 2008).

Em busca dos fatos legais, ela no entanto, carece de adaptar-se as peculiaridades do entrevistado. Desse modo a entrevista pode variar bastante de acordo com a idade e estágio de desenvolvimento, como no caso de uma adolescente de quinze anos de idade, a entrevista geralmente envolverá um questionamento direto e neutro, assumindo uma forma semelhante à da entrevista com um adulto. Com crianças pequenas, as comunicações não verbais como o desenho e o brinquedo são essenciais para o processo diagnóstico (FURNISS, 1993). E a orientação é deixar a criança livre o suficiente para relatar o que desejar, pois o entrevistador ao realizar perguntas sugestivas corre o risco de sugestioná-la, pois é importante acessar a memória e não o que foi instruído ou repetidamente ouvido.

Percebe-se que as formas de avaliação psicológica e o uso de variados instrumentos tem sido utilizado no âmbito jurídico para assessorar os magistrados na tomada de decisão destes casos. Seja estes através de um laudo pericial considerado pelos operadores de direito, seja através do estudo psicossocial, considerados pelos profissionais da psicologia e equipe interdisciplinar(dada a possibilidade de trocas de experiências), e em instrumentos técnicos produzidos pela ciência psicológica, a fim de não somente verificar a veracidade ou falsidade da ocorrência do abuso, mas também, compreender os efeitos sobre a vida emocional, social e familiar da criança ou adolescente.

A avaliação é, portanto, uma forma do Psicólogo transitar de uma fala íntima e familiar da vivência abusiva para uma fala social e pública, em que o psicólogo sobre um enquadre psicojurídico possa colaborar para que o juiz pela lei interdite a relação incestuosa.

Contudo, Pisa (2010) adverte que da análise de casos judiciais constata-se que crianças e adolescentes também podem fazer declarações falsas, sejam baseadas em falsas memórias ou numa distorção proposital dos fatos. Segundo o autor, as crianças são mais suscetíveis a susgetionabilidade e podem repetir, uma verdade que é de um adulto, frutos de suas percepções e suposições equivocadas

ou mal interpretadas, e terminam induzindo a criança a acreditar que foi vítima de abuso sexual. A criança pequena, por sua vez, considera a mentira como distorção da realidade e não como algo com intenção para obter um benefício próprio ou enganar o outro.

Este quadro pode ser encontrado na Alienação Parental em que as falsas acusações de abuso sexual desestrutura a capacidade da autonomia moral da criança - quando esta começa a distinguir a noção de justiça da noção de autoridade (Piaget, 1994 apud Silva, 2012) – em crianças de terna idade, por acreditarem que aquilo que o adulto diz deve ser obedecido e parece justa, faz então, seu relato parecer verossímil para adquirir credibilidade, sem qualquer noção de consequências (SILVA, 2012).

Prossegue Silva(2012) ao advertir que os psicólogos jurídicos devem estar atentos a estes relatos, tanto as verbalizações quanto as não verbalizações (expressões faciais, demonstração de sentimentos e outros sinais), bem ainda, os desenhos, testes e brincadeiras produzidas por estas crianças e levadas as análises pelo profissional. Uma interpretação equivocada pode prejudicar os envolvidos em acusações falsas.

Assim, face as pesquisas e discussões atuais com as modalidades de técnicas de entrevistas no contexto forense pelo psicólogo, distintas da modalidade de entrevistas psicológica clínica, notadamente insurge discutir brevemente a entrevista investigativa no contexto da Psicologia Jurídica.

3 | O USO DA ENTREVISTA INVESTIGATIVA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA JURÍDICA

Entrevistar uma criança ou adolescente para obter seu relato e diagnosticar um ato sexualmente abusivo, é complexo. Exige-se postura ética e empatia dos entrevistadores além de conhecimento sobre a dinâmica desta forma de violência. Por saber que raramente existe evidência física sobre o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, o uso de entrevistas investigativas tem sido descritas como a forma de conseguir respostas eficientes, detalhadas e precisas, necessárias para prova judicial (ROVINSKY; STEIN, 2009; YILLE, 2009 *apud* RIOS, 2014)

A entrevista investigativa tem, portanto neste contexto, o objetivo da coleta de informações que são relevantes para a compreensão do evento abusivo, sem interferir nas recordações armazenadas na memória da criança (RIOS, 2014). Deve-se distinguir esta entrevista de outras recorrentes de uso do psicólogo, como a entrevista clínica, que levanta a trajetória desenvolvimental do sujeito investigado para fins terapêuticos e de ajuda emocional.

Azambuja (2009) apresenta que os diferentes protocolos de entrevista

investigativa forense, de modo geral, divide-se em três etapas: construção de *rapport* e estabelecimento das regras de entrevistas; nesta etapa espera-se um estabelecimento de confiança com a criança e conhecimento de suas habilidades de comunicação, ainda informa-la sobre o propósito da entrevista; Solicitação de relato livre, a criança é estimulada a relatar livremente o que possa recordar dos eventos; Na terceira etapa utiliza a técnica da pergunta sugestiva, para obter informações ainda não trazidos pela criança na entrevista. Nesta etapa as perguntas fechadas e sugestivas podem ser utilizadas, mas baseadas naquilo que a criança trouxe no relato livre.

Segundo Habigzang, et al., (2008) o ambiente da entrevista deve garantir que a criança e o adolescente se sinta confortável física e psicologicamente, e ao mesmo tempo deve ser informal, livre de perturbações e de distrações, num espaço privado. Assim como um uso de palavras adequadas ao vocabulário da criança ou adolescente.

Um dos aspectos salientado, na literatura, é a necessidade de registro por meios eletrônicos de gravação, uma vez que esta gravação permitiria a retenção de um número maior de dados durante a entrevista, de modo que as inconsistências dos relatos poderiam ser percebidos depois ao verificar as gravações, além de ser um importante instrumento para medir o desempenho do entrevistador (HABIGZANG, et al., 2008; ROVINSKY;STEIN, 2009; RIOS, 2014).

Segundo, ainda Habigzang et al., (2008) algumas habilidades são necessárias ao entrevistador, dentre estas: habilidade empática, habilidades não verbais(voz modulada, suave, mais firme; postura corporal e gestos com um olhar de segurança e direto para criança, etc.), habilidade de perguntar, sabendo o momento de fazer perguntas abertas ou fechadas, de forma clara e precisa para que a criança possa romper com o segredo, além da capacidade de saber sumarizar as informações, parafrasear e conduzir a entrevista conforme os objetivos propostos, dentre outras.

Numa revisão da literatura a Entrevista Cognitiva(EC) tem sido privilegiada, além de seus variados protocolos, e ainda, descritas como uma poderosa ferramenta que reduz as chances das falsas memórias para a escuta de vítimas de delito desta espécie. O protocolo NICHD (National Institute of Child Health and Human Development) é reconhecido internacionalmente como instrumento mais adequado para entrevista estruturada com crianças vítimas de violência (WILLIAMS et al., 2014). Os protocolos de entrevista auxiliam os profissionais na hora da entrevista, servindo como um instrumento de orientação.

Pelisol e Dell’Aglío (2015), indica várias referências² em que a entrevista cognitiva tem sido foco de estudos e pesquisas, para a investigação do abuso,

2 Referências de estudo de Fisher e Geiselman, 2010; Köhnken Et Al., 1999; Memon, Zaragoza, Clifford, e Kidd, 2010; Olafson, 2007; Pergher e Stein, 2005, citadas por Pelisoli;Dell’Aglío(2015).

das quais apresentaria maior sustentação empírica do que outros instrumentos de avaliação tradicionais. E cita como exemplo uso do protocolo NICHD, que tem sido utilizado na entrevista destas investigações ao redor do mundo.³

No entanto, estes dois autores contradizendo algumas destas pesquisas internacionais em recente publicação de pesquisa brasileira acerca das práticas psicológicas e ao uso de instrumentos, em situação de abuso sexual pelos psicólogos indicaram que estes permanecem utilizando muito mais técnicas tradicionais do que novas ferramentas. Com “um percentual maior de uso de entrevista lúdica/hora do jogo, comparado ao uso de técnicas de entrevista cognitiva”(PELISOLI;DELL’AGRIO,2015,p.60).E o uso destas entrevistas investigativa e seus protocolos ainda são deficitárias. Como no caso

do *Statement Validity Assessment – SVA* (Instrumento de Análise de Validade da declaração) que aparece subutilizado pelos psicólogos no Brasil.

A análise da validade da declaração (*Statement Validity Analysis – SVA*) é uma técnica que tem sido empregada em diferentes países e objetiva avaliar a validade de uma declaração, com indicadores que se baseiam no pressuposto de que as afirmações realizadas por uma criança ou adolescente sobre a experiência abusiva que realmente aconteceu diferem de maneira quantificável das afirmações falsas ou produto de suas fantasias. Pela dificuldade que muitos profissionais relatam ao discernir entre um relato de um fato real ou fantasiado de uma criança ou adolescente, esta diferenciação se faz importante. O SVA é composto por três elementos: avaliação psicológica da vítima, análise de sua declaração de acordo com determinados critérios, e comprovação da validade (PELISOLI;DELL’AGLIO,2015; HABIGZANG et al., 2008).

Diante do que foi exposto a avaliação psicológica e o uso da entrevista investigativa constitui-se, nesse contexto, como os principais recursos que possam vir a assessorar na tomada de decisão do juiz quanto aos elementos de provas, com respaldo técnico-científico da psicologia jurídica.

4 | PARA ALÉM DA ENTREVISTA INVESTIGATIVA: O PSICÓLOGO E A ESCUTA ESPECIAL

O Sistema de Justiça diante da complexidade da escuta de crianças vítimas de abuso sexual implantou em 2003, a primeira experiência intitulada Depoimento sem Dano, no Estado do Rio Grande do Sul, em que o psicólogo ou assistente social realiza a entrevista com a vítima. O procedimento acontece em uma sala próxima

³ Estudos que demonstram que o protocolo NICHD vem sendo usado ao redor do mundo nas entrevistas de investigação de criança e adolescentes abusados sexualmente como Hershkowitz et. al., (2007); Lamb et al., 2009; Lyon, Lamb e Myers, (2009) citados por Pelisoli e Dell’Aglío (2015).

à sala de audiências, na qual se encontra o juiz, que endereça as perguntas ao profissional e este a reformula de forma a não induzir a vítima em suas respostas. Na audiência também estão presentes o promotor de justiça, o réu e seu defensor, sendo a entrevista com a vítima filmada e transmitida em tempo real. E surgiu como modo de retirar as crianças e os adolescentes do ambiente tradicional das audiências consideradas revitimizantes.

Ocorre que uma corrente de estudiosos brasileiros da temática do abuso sexual infantil tem lançado luz sobre a atuação de psicólogos no âmbito jurídico atuando nesta escuta, pois argumentam que divergem de ações que consideram as falas e escutas destas vítimas apenas como fornecedoras de informações para a justiça, indo na contramão da evolução histórica do tratamento dispensado a estes enquanto sujeitos de direito e proteção as peculiaridades de seu desenvolvimento. E defende como central ao atendimento a este público sob estas condições de violação de direitos, intervenções éticas que der voz ao discurso sem ser prejudicial às demandas das crianças e adolescentes. Ainda asseveram que a inquirição compromete a condição de autonomia profissional. (AJAMBUJA, 2009; COIMBRA, 2014; BRITO, 2012; TEIXEIRA, 2013; PAULO, 2013).

Os questionamentos sobre o lugar do psicólogo desta forma levantaram um mal-estar entre os órgãos representantes da psicologia – Conselho Federal de Psicologia (CFP), e os tribunais, que sustentam de forma inovadora como um lugar a ocupar perante os casos de abuso sexual, enquanto condutores do depoimento especial que tramita em processos judiciais, enquanto os órgãos do Conselho indagaram, e ainda se indagam, sobre a atribuição na proteção da criança em uma escuta bastante diferenciada de uma inquirição, da qual não caberia este lugar ao Psicólogo, segundo a resolução CFP 010/2010 (institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na rede de proteção). E, ainda questiona-se até que ponto essa importância dada à palavra da criança vem assegurar seu melhor interesse, como questiona, “exigir da criança a responsabilidade pela produção da prova da violência sexual através do depoimento judicial não seria uma nova violência contra a criança?” (AZAMBUJA, 2009, p.76).

São questionamentos necessários a se fazer durante a prática de escuta de crianças em nome da Doutrina da Proteção Integral, face as consequências que podem advir tanto do ato abusivo quanto da forma como foi recepcionado a criança e ao adolescente para seu desenvolvimento físico, social e psíquico.

Entretanto, o juiz Daltoé Cezar, autor do projeto Depoimento Sem Dano (DSD), assevera que a oitiva realizada por um Psicólogo ou Assistente Social contribuiria para garantir a qualidade do depoimento, pois seria feito de maneira menos agressiva ou invasiva para o entrevistado, uma vez, que estes deteriam

o conhecimento qualificado sobre crianças e adolescentes, quando devidamente qualificado sobre o tema do abuso sexual intrafamiliar (CEZAR, 2007).

Brito e Parente(2012) em artigo levanta pontos e contrapontos da inquirição judicial de crianças e oferece importantes contribuições ao discutir sobre referencial bibliográfico produzido nos últimos anos sobre o tema. E da controvertida inserção do Psicólogo no Depoimento Especial, as autoras afirmam que muito ainda se tem a discutir sobre o procedimento por envolver questões complexas que atinge tanto as crianças e adolescentes quanto os profissionais da área de psicologia. O que não quer dizer se fecha em discussões dicotomizadas, sem, contudo, realizar reflexões sobre sua prática.

Para a intervenção do psicólogo durante as avaliações faz necessário o conhecimento deste complô que se mantém em sigilo por uma dinâmica complexa, em que o abusador em sua relação de poder sobre o abusado, ao utilizar de seu papel de cuidador toma da confiança e do afeto que a criança ou o adolescente tem por ele para iniciar, de forma sutil, com carinho, toques e carícias, o abuso sexual. Por não identificar imediatamente, na maioria dos casos, esta relação como abusiva a criança não revela a ninguém.

A partir do momento que as crianças e adolescentes percebem que estão sob violência, são obrigadas a não revelar. Segundo Furniss(1993) pode ser dito a criança que aquilo que acontece entre o abusador e ela é um “segredinho”. Este segredo, acrescenta o autor, pode ser revestido de ameaças, violências, castigos, chantagens ou barganhas. Ao seduzir a criança ou o adolescente com presentes o abusador transmite a falsa ideia deste ser especial deturbando seu senso de identidade e submetendo-a a um suposto ganho secundário. A única maneira, portanto, do abusador sustentar o sigilo será garantir estes meios de controle.

Considerando que neste silêncio estão envolvidos abusado e abusador, Furniss(1993) indica que se estabelece nesta relação abusiva além do pacto de silêncio, uma síndrome do segredo e adicção. Este segredo é um “acordo” entre abusador e abusado em que aquilo que aconteceu entre eles permanecerá oculto. Acrescenta o autor que se diz síndrome porque o abuso não é nomeado e ocorre como se não tivesse ocorrido. A vítima, com isto, não é autorizada dar nomes a esta experiência e sob ameaças é impedida de falar.

É neste sentido que o abuso acontece revestido de rituais, dos quais por serem tão intensos aquele que abusa parece outra pessoa. Furniss(1993) coloca que a dissociação da realidade faz com que a criança não perceba a realidade de fato, indagando-se se aquilo realmente ocorreu. Pois o perpetrador tenta negar a experiência através de atos repetitivos e ritualizado, da qual transforma-se de cuidador para abusador, com rituais de entrada e saída, como mudança na voz, ausência de contato visual, práticas sexuais em locais escuros de modo que a

vítima não visualize o abusador.

Segundo Furniss(1993) as pessoas de confiança são os profissionais em cuja presença, a criança/adolescente que sofreram abuso sexual se sentem suficientemente seguras para começar a comunicar a realidade secreta do abuso sexual, acrescenta o autor que este profissional deve proporcionar suporte emocional e dá a criança/adolescente e licença explícita para revelar o abuso, a fim de romper a síndrome.

A violência gera um ambiente, no qual predominam os sentimentos de medo e de desamparo. Estes contribuem para que o abuso sexual seja mantido em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos conhecem a situação, mas não a denunciam (DE ANTONI; KOLLHER, 2012; HABIGZANG; KOLLER, 2011).

É por tudo isso que a história da criança e a suspeita de abuso sexual precisa ser conhecida e compreendida pelo psicólogo, que é orientado tanto pelas informações contidas no processo judicial quanto pela narrativa da vítima e de sua família com papéis que lhe solicita saberes diversos, e enquadre cada vez mais peculiar, seja como perito, assistente de perícia, psicólogo do setor psicossocial ou aquele psicólogo que presta ao papel de entrevistador forense no Depoimento Especial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, com isso, que a gênese do pacto do silêncio se consubstancia na ideia da manutenção da família como núcleo estruturador dos indivíduos. Sendo assim, revelar seria apresentar uma quebra no imaginário destas famílias. Por outro lado, o pacto de silêncio se estabelece como um dispositivo do poder hierárquico deste abusador e será retroalimentado na família, caso não seja interdita.

Percebemos que a maior parte da literatura enfatiza a ocorrência do incesto em um funcionamento familiar perturbado, o pensar que, seja pelas desordens familiares, seja pela fragilidade da criança, as que leva a inúmeras dificuldades de se romper com a dinâmica familiar incestuosa na revelação do abuso sexual infantil são delicadas e complexas. Ao Psicólogo cabe, entretanto, o entendimento desta dinâmica pois a responsabilidade que se colocam para o profissional no desempenho desta função deve-se pautar em intervenções éticas que der voz a criança e ao adolescente para além do levantamento de provas.

Algo interessante ao papel do profissional Psicólogo nos casos de abuso sexual infantojuvenil deve ser pontuado ‘não importa quantos anos de experiência tenhamos, ou quantos casos parecidos tenhamos atendido’(SILVA, 2013.p.294) cada caso será singular e possui suas particularidades e como tais devem ser

tratados.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, M.R.F et al. Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 17-21.

AZAMBUJA, M.R.F. A inquirição da vítima de violência sexual intrafamiliar à luz do melhor interesse da criança. In: Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção. Brasília: CFP, 2009, p. 25-69.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

BAÍÁ, P. A. et al. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. Temas em Psicologia, 21(1), 193-202.2013.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

_____. Boletim Epidemiológico Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017 . Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, v.49, n. 27, jan./jun. 2018.

_____.Código de Processo Civil–Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.html>.

BRITO, L. M. T. Anotações sobre a Psicologia jurídica. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 32, n.SPE, p. 194-205, 2012.

BRITO, L. M. T.; PARENTE, D. C. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos.Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 178-186, 2012.

CEZAR, J. A. D. Depoimento sem Dano: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2010.

_____. Resolução n. 008/2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Brasília: 2010.

_____.Resolução n.010/2010. Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. Brasília: CFP, 2010.

_____.Nota Técnica nº 1/2018/GTEC/CG, de 25 de janeiro de 2018. Nota técnica sobre os impactos da Lei nº 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos.

FURNISS, T. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GAVA, L. L.; DA SILVA, D. G.; DELL'AGLIO, D. D. Sintomas e quadros psicopatológicos identificados nas perícias em situações de abuso sexual infantojuvenil. Psico, vol. 44, nº 2, p.235-244, 2013

GAVA, L. L. Perícia psicológica no contexto criminal em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil. 2012. 112 f. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS.

GAVA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. Percepções de psicólogos sobre a perícia nos Institutos Médico-Legais do Brasil. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n. 4, p. 609-617, 2013.

COSTA. O Estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. *Psicol. Teoria e Pesq.* Brasília, v.24, n.2, p.161-169, 2008. Disponível em: www.scielo.br/scinrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2019.

HABIGZANG, L. F.; SILVA, R. S.; KOLLER, S. H. Violência sexual contra crianças e adolescentes: Definições, mitos e indicadores. In: M. Poletto, A. P. L. Souza, & S. H. Koller (Eds.), *Direitos humanos, prevenção à violência contra crianças e adolescentes e mediação de conflitos: manual de capacitação para educadores*. Porto Alegre: Ideograf, p. 190-204, 2013.

HABIGZANG, L. F. et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 338-44, 2008.

HABIGZANG, L. F. et al. Caracterização dos sintomas do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual. *Psicologia Clínica*, v. 22, n. 2, p. 27-44, 2010.

PAULO, B.M. Nadando contra a corrente: outro olhar sobre a participação de psicólogos na inquirição de crianças. In: PAULO, B.M. *Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PELISOLI, C. L. Psicologia e as relações com a justiça: práticas, conhecimento e tomada de decisão em situações de abuso sexual. 2013, 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PELISOLI, C. L.; DELL'AGLIO, D. D. Práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, 2015.

_____ As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 34, nº 4, p. 916-930, 2014.

RAMIRES, V. R.; FRONER J.P. A escuta de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar na concepção de profissionais que atuam no âmbito do Judiciário. *Psicol. Rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, vol. 15, nº 3, dez. 2009

ROVINSKI, S. L. R.; STEIN, L. M. O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense. In: *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor, p. 67-74, 2009.

RIOS, A. M. F. M. Violência infantil: evidências em crimes sexuais contra crianças. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia - Área de Concentração em Cognição Humana-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANDERSON, C. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2008.

SERAFIM, A. P. et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011.

SCORTEGAGNA, S. A.; VILLEMOR-AMARAL, A. E. Uso do Rorschach na investigação do abuso sexual infantil. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 271-280, Ago. 2012.

SILVA, D. M. P. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da Psicologia com o Direito nas Questões de Família e Infância. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SIQUEIRA, A; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Aletheia, n° 34, p. 109-122; 2011

TEIXEIRA, D.M. Contribuições da psicologia e consideração sobre o papel ético-político do psicólogo na efetivação de direitos de crianças e adolescentes. In: PAULO, B.M. Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WELTER, C. L. W.; FEIX, L. F. Falsas memórias, sugestionabilidade e testemunho infantil. In: L. M. Stein (Ed.), Falsas Memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed. p. 157-185, 2010.

WILLIAMS, L.C.de A. et al. Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: o Protocolo NICHHD. Temas psicol. 2014, vol.22, n° 2, pp. 415-432.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso Sexual 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Adoção 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31

Análise do Comportamento 224, 225, 226, 230

Ansiedade 12, 13, 15, 21, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 286, 287, 289, 290, 303, 304, 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320

Antissocial 164, 165, 167

Apoio Social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 53, 193, 299

B

Bem-Estar 7, 8, 77, 83, 101, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 151, 171, 184, 185, 235

C

Controle esfinteriano 104, 106, 110, 111, 119, 121, 124

Criança 6, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 217, 227, 228, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Crime 48, 166, 167, 174, 178, 181, 200

Cromoterapia 311, 312, 313, 314, 317, 318, 319, 320

Cuidador 59, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

D

Desenvolvimento Infantil 14, 65, 67, 68, 69, 72, 104, 105, 106, 110, 126, 127, 128, 208

Desenvolvimento Moral 75, 76, 77, 84

Desenvolvimento Motor 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 110

Diagnóstico 14, 54, 95, 102, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 219, 220, 226, 227, 228, 230, 231

E

Emoções 1, 8, 12, 22, 89, 90, 93, 101, 140, 179, 229, 289, 290, 293, 294, 295, 298, 300, 303, 305, 312, 316

Envelhecimento 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Escola 14, 53, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 93, 97, 128, 131, 152, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 222, 227, 275, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 318

Escolarização 125, 283

Esquizofrenia 209, 210, 216, 217, 218

Esteatose hepática 245, 246, 248, 252

Estresse 8, 15, 21, 23, 62, 92, 96, 97, 147, 150, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 203, 205, 207, 208, 216, 218, 248, 286, 287, 289, 296, 303, 312, 316

F

Frutose 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253

G

Gestação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 65

I

Idoso 133, 134, 137, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 221

Inconsciente 217, 218, 220, 228, 257, 260, 264

Infância 20, 21, 22, 49, 62, 63, 64, 65, 68, 73, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 105, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 200, 207, 208, 214, 226, 231, 285

J

Justiça 21, 22, 23, 30, 55, 57, 58, 62, 77, 78, 79, 164, 168, 170, 173, 175, 212, 215

L

Ludicidade 125, 126, 127, 128, 129, 130

M

Memória Coletiva 170, 175, 179

Mindfulness 40, 43, 99, 101, 103, 187, 193, 194, 196, 286, 287, 288, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 308, 309

N

Neuropsicopedagogia 64, 321

O

Obesidade 2, 201, 245, 247, 249, 250, 253, 254

P

Psicanálise 105, 209, 218, 220, 257, 321

Psicologia Histórico Cultural 125, 129

Psicologia Jurídica 49, 53, 55, 57, 61, 62, 63

Psicologia Social 133, 170, 177, 179, 180, 285, 307

Psicopedagogia 145, 197, 199, 204, 205, 207, 220

Psicossomática 183, 185, 195

Psiquiatria 14, 95, 102, 169, 204, 209, 210, 212, 213, 215, 220, 221, 230, 305, 307, 310

Q

Qualidade de vida 6, 7, 9, 13, 15, 16, 73, 132, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 158, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 218, 224, 230, 303, 312

R

Racismo 153, 155, 156, 158, 159, 162, 240, 243

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 30, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 78, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 106, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 169, 171, 174, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 245, 251, 252, 306, 313, 318, 319, 321

Saúde Mental 1, 13, 96, 152, 174, 187, 188, 194, 196, 198, 199, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 230

Simbólico 12, 128, 130, 214, 262, 263, 264, 265, 266, 270, 271, 279, 283

Subjetividade 135, 136, 138, 140, 170, 176, 177, 182, 216

Suicídio 192, 211, 215, 219, 229, 287, 288, 294, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 309, 310

T

Tecnologia da Informação 276

Terapia Cognitivo Comportamental 286, 287, 288, 293, 302, 304, 306

Terapias Alternativas 311, 312, 317, 318, 320

Transtorno de Personalidade 164, 165, 167, 294, 306, 307

 **Atena**
Editora

2 0 2 0